

# urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações<sup>1</sup>

*salete oliveira*

Antonin Artaud afirmava que morrer de peste não é pior do que morrer de mediocridade. A força viva da peste em nada se confunde com a definição protocolar disto que é chamado de pandemia. Se a resposta da ordem à peste foi a construção histórico-política do confinamento e da prisão moderna, como continuidade da cultura do castigo, é preciso não perder de vista o urro de Artaud ao dizer que a peste existe para furar abscessos. Crianças, jovens e anarquistas são, também, a peste no Estado de Direito. Urge arruinar a cultura do castigo!<sup>2</sup>

## **movimento I**

A diferenciação semântica e suas variações derivativas entre os termos endemia, epidemia, pandemia e peste<sup>3</sup> apontam que os três primeiros têm como referência privilegiada um limite territorial bastante específico, na medida em que são definidos como *Endemia*: “S.f.

*Salete Oliveira é pesquisadora no Nu-Sol e doutora em Ciências Sociais, com concentração na área de Política. Contato: peemaki@yahoo.com.br.*

Doença que existe constantemente em determinado lugar e ataca número maior ou menor de indivíduos”. *Endêmico*: “Adj. 1. Pertencente ou relativo a endemia. 2. Peculiar a determinada população ou região.” *Epidemia*: “S.f. 1. Doença que surge rápida num lugar e acomete simultaneamente grande número de pessoas. Surto de agravação duma endemia. 3. Fig. Uso generalizado de alguma coisa que está na moda.” *Epidêmico*: “Adj. Relativo a, ou que tem caráter de epidemia.” *Pandemia*: “S.f. 1. A palavra pandemia tem sua origem no grego pandemias. Significa ‘todo o povo’.<sup>4</sup> Também representada pela junção dos elementos gregos: ‘pan’ (todo) e ‘demos’ (povo). [Figurado] Qualquer coisa que, concreta ou abstrata, se espalha rapidamente e tem uma grande extensão de atuação. 3. (medicina) doença epidêmica de ampla disseminação. 4. (OMS) Segundo a OMS, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo indica que a enfermidade se espalhou por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.”<sup>5</sup> *Peste*: “S.f. 1. Doença contagiosa grave; epidemia. 2. Qualquer epidemia caracterizada por grande mortandade; pestilência. 3. Patol. Doença infecciosa, essencialmente do rato, causada pelo bacilo de Yersin e que por meio da pulga se transmite ao homem. 4. Pessoa corruptora. Tudo o que corrompe física e moralmente. 5. Fig. Pessoa má ou rabugenta. 6 Fig. Pestilência (2). 7. Fig. Coisa funesta, perniciososa. Abundância excessiva de qualquer coisa danosa. Peste Bubônica.” *Pesteado*: “Adj. Bras. 1. Atacado de peste. 2. P. ext. Doente, enfermo.” *Pestear*: “V. t. d. 1 Empestar. 2. Bras. Ser o animal atacado de peste.” *Pesteira*: “S.f. Bras. Doença, achaque.” *Pestífero*: “Adj. Que produz peste; pestilento. 2. Fig. Danoso, nocivo,

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

pernicioso. 3. Doente de peste. Pestilência. S.f. 3. Fig. Mau cheiro; fedor, peste.” *Pestilento*: “Adj. 1. Que tem o caráter ou que é próprio de peste, ou que a lembra. 2. Infectado de peste. 3. Pestífero (1). 4. Que tem cheiro infecto; mefítico. 5. Fig. Que corrompe ou desmoraliza.” *Pestilo*: “S.m. Aldraba [aldrava] ou tranquete de porta.”

Interrogar como uma epidemia ou pandemia se converte em peste é uma questão razoavelmente tranquila quando se contenta com a regularidade encontrada em boa parte da bibliografia que trata o tema e equaciona, de forma geral e linear, quatro grandes termos: endemia, epidemia, pandemia e peste. A endemia aparece, neste caso, como um quarto termo recorrente e até certo ponto o originário, assumindo, simultaneamente, um traço de irrupção e constância. No interior desta mesma equação uma linha progressiva é estabelecida, condicionando os 4 termos em um quadrilátero cíclico e confortável — uma endemia pode se transformar em epidemia, uma epidemia em pandemia e uma epidemia ou pandemia em peste, e ainda, uma epidemia aplacada pode sobreviver sob a forma de endemia. Entretanto, resta uma inquietação, a peste vira o quê? Ela salta a olhos vistos do quadrilátero e escancara de imediato que é o elemento intolerável para qualquer tentativa de equação.

A linha evolutiva e progressiva entre os termos, insistentemente traçada na cultura ocidental moderna, estabelece um terceiro território, edificado pela sobreposição de contágios, que culmina em uma diferenciação de indivíduos mais vulneráveis, respondendo assim a uma ponderação de vulnerabilidade, que busca determinar quem é mais sujeito a desordens e, neste caso específico,

não envolve apenas o corpo biológico, mas incide em um corpo moral, ou ainda na construção de um corpo moral.

O contato está em suspeição porque ele está diretamente ligado à ideia de contágio. A suspeita sobre o contato provoca, num primeiro plano, uma potencialização de contágios, envolvendo, endemia, epidemia, pandemia e peste, num imbricar de pessoas e lugares, sendo importante retomar os respectivos significados semânticos a fim de detalhar, mais pacientemente, este jogo elástico entre os termos. A endemia envolve uma variação entre um número maior ou menor de indivíduos atingidos, estando ligada por alguma peculiaridade a um território ou região. A epidemia, por sua vez, surge em um determinado lugar (território) e atinge um número muito significativo de pessoas, comparativamente, maior do que o número de uma endemia, guardando, é claro, o fator proporcional de pessoas em um determinado lugar.

A pandemia, por sua vez, traz a ampliação rápida de uma epidemia. Ainda que o termo pandemia estivesse presente na Grécia antiga, sua conceituação advém de uma definição protocolar epidemiológica recente. Uma de suas procedências se encontra, dentre outras, em sua conformação como uma medida sanitária protocolar desdobrada de fluxos de comércio interrompidos e a determinação de quarentenas em portos marítimos. “Em meados do século XIX, tiveram início as Conferências Sanitárias Internacionais, fóruns de debate científico sobre as controvérsias em torno das causas e dos mecanismos de transmissão de doenças, e político, uma vez que se tratava de estabelecer normas e procedimentos comuns entre os países que enfrentavam problemas como as epidemias de cólera e de peste bubônica. Essas conferências reuniam basicamente

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

países europeus e expressavam a contradição entre a crescente insegurança — em face da ampliação das epidemias e da própria emergência do conceito de pandemia — e a ideia de progresso que se afirmava e encontrava representação simbólica nas Grandes Exposições Internacionais. Sugestivamente, a primeira Conferência Sanitária e a primeira Exposição Internacional ocorreram no mesmo ano, 1851, respectivamente em Paris e Londres.”<sup>6</sup>

Na América do Sul, em especial durante a Guerra do Paraguai, e, também, pelo início da realização dos denominados encontros internacionais sanitários. “Sob o impacto das epidemias de cólera e febre amarela, realizou-se em Montevideu, em 1873, uma convenção sanitária em que se firmou uma ata pelo Brasil, Argentina e Uruguai determinando medidas comuns de prevenção em relação a doenças como cólera asiático, febre amarela, peste e tifo. Em 1887, realizou-se, no Rio de Janeiro, novo colóquio entre esses países em que se estabeleceu a Convenção Sanitária do Rio de Janeiro (...).”<sup>7</sup>

A imensa mortalidade e as perturbações irremediáveis caracterizam a peste quando ela passa a se diferenciar da epidemia e da pandemia no sentido estrito dos termos e se instaura no campo do imponderável. Se a endemia se mostra como problema constante e a epidemia e a pandemia encontram soluções incertas, é a peste que explicita a emergência de transgressões a serem aplacadas por efeitos e práticas morais de contenção e prevenção. A peste é um tema que diz respeito à política. A sua possível irrupção é o que norteia políticas de saúde como parte da biopolítica moderna, segundo Foucault. É a peste como risco no equilíbrio da *pólis* governada pelos homens de bem que a faz tema da política. Ela está no deslocamento,

nos anormais (loucos, deficientes, doentes crônicos, onanistas, libidinosos...), mas, também, nos artistas, nos subversivos, nas crianças e jovens, nos perigosos de quem a sociedade e o planeta “precisam” se defender.

## **movimento II**

Em “A Crise da Medicina ou a Crise da Antimedicina e História da Medicalização” — segunda de três conferências sobre a história da medicina realizadas no Brasil, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em outubro de 1974 — Foucault problematiza a emergência da medicina de Estado na Alemanha, a medicina urbana na França e a medicina da força de trabalho na Inglaterra.<sup>8</sup> Deixou uma pista ao sinalizar serem essas três vertentes da medicina partes de uma gestão de poder direcionada à fomentação do homem são para o Estado.

O Estado espera pelo homem são, útil economicamente e dócil politicamente, e oferece o bem-comum como promessa de felicidade. A sociedade deve ser defendida e a saúde definida pela ausência de doença como condição de garantia do direito à vida.

Foi somente a partir da metade do século XX que esta equação se inverteu. Uma das procedências de tal inversão é encontrada, de acordo com Foucault, no Plano Beveridge, expressando, agora, a construção do Estado para o homem são, trazendo consigo a edificação de um direito diferente, conectado à emergência do Direito Contemporâneo, a uma nova moral e a um novo regime da verdade: a somatocracia.

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

Sua edificação passa a ser equacionada de forma distinta daquela que parametrava a medicalização da sociedade, quando o que interessava era investir na formação de um homem são para o Estado sob a tríade da governamentalidade (segurança, disciplina, gestão governamental), cujo alvo da biopolítica era a população, respondendo a uma descontinuidade no regime da soberania.

A emergência do biológico na política, a partir do final do século XVIII, corresponde a uma gestão do poder sobre a vida, que não está mais centrada no indivíduo-corpo, ou no corpo-máquina, mas no corpo-espécie; trata-se do biopoder ou da biopolítica. Pela primeira vez na história, de acordo com Foucault, o biológico invade o espaço da política. A especificidade da gestão de tal poder incidirá na vida não mais situada no limite da fatalidade da morte ou no campo restrito do direito sob a égide da soberania. Trata-se da governamentalização do Estado, passando a investir em um objeto concreto que assume seus contornos nítidos no século XIX: o aparecimento do conceito de população. Mais do que isso, a eficácia de tal poder se realiza na medida em que é capaz de articular mecanismos que tendem a perceber que a população é um problema de governo que deve ser pensado, sistematizado e calculado fora do quadro jurídico da soberania. Este novo poder de gestão está ligado a outros saberes, dentre eles, a estatística, que por meio de seus deslocamentos e de sua atividade, vai mostrar que a população tem uma regularidade própria e produz efeitos econômicos específicos. Gestão calculista e normalizadora da vida, cujo papel principal é fazer viver e deixar morrer.

Por sua vez, na metade do século XX, é possível demarcar uma nova articulação dos dispositivos de normalização, o que não significa dizer que as instituições disciplinares evaporaram ou que isto se dá por um processo de substituição.

Procedências da construção de novos acoplamentos descontínuos que, se deixam intocada a necessidade de investimento em mecanismos de segurança, exigem da gestão de poder e não só a formulação de enunciados de seguridade, mas um controle do risco sob a égide da medicalização do próprio controle, contemplada neste limiar em que se encontram os efeitos exteriores do Plano Beveridge.

O Plano Beveridge (1942), no sentido estritamente técnico, não passa de um plano de seguro. Aliás, a própria linguagem de seu texto é constituída como uma apólice de seguros. No campo estrito e técnico da economia, ele se situa, também, como uma referência para o que é chamado por plano de renda mínima, a partir da metade do século XX.

O Plano, traçado por William Beveridge, toma por base “A Carta do Atlântico”, um projeto de paz para o planeta, concomitante à II Guerra Mundial, assinado por Roosevelt e Churchill no meio do oceano, em 1941. Os três princípios que norteiam o Plano Beveridge são: a ruptura, o combate ao mal e a cooperação Estado-indivíduo. Cabe ressaltar a ênfase no segundo princípio, uma vez que é nele que se encontram elencados os cinco gigantes que Beveridge destaca sob a denominação de combate ao mal: a miséria, a doença, a ignorância, a imundície e a ociosidade.

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

A ruptura (reformista) estabelecida pelo Plano Beveridge é constituída pela articulação de três termos, respectivamente, providência, prevenção e previdência, como equacionamento capaz de combater o mal. Mais uma vez, trata-se de uma resposta da ordem ao que é considerado pestilento e, agora, sob o parâmetro da promoção da seguridade. Equalização democrática em torno da miséria. Combinação de expurgo redimensionada sob a promoção da seguridade. O controle disciplinar democrático, intrínseco ao dispositivo panóptico, entendendo-se que o dispositivo ultrapassa o território da prisão intramuros, assume no Plano Beveridge um tom de disposição democrática universal, redimensionando o tribunal do mundo em torno de uma das procedências da sociedade de controle. Trata-se do limiar tênue que vai se despedindo da sociedade disciplinar e levanta os vestígios do que viria a ser o longo aceno de um novo espaço, o controle como promoção da seguridade sob a égide democrática e o prenúncio da edificação do controle da segurança.

Canguilhem<sup>9</sup> foi certo ao afirmar que, a partir da metade do século XX, a saúde passa a ser o correlato de um conjunto de seguros e que todo Plano corresponde à unidade do pensamento, totalização medicalizadora do controle, como dispositivo eficaz de fazer viver a vida normalizada, consoante com a positividade de poder apontada por Foucault. As recomendações para a paz endereçadas ao princípio divino ou racional, sempre conviveram muito bem com o extermínio, promovido seja pela guerra ou pela paz, praticado pela própria política, que prima por seu gigante predileto, a pacificação artificial daquilo que ela própria denomina de violento, instalando

em seu interior aquilo que não é outra coisa, além da sua exterioridade moral. O que ela se arroga estancar é a peste reconfigurada, o incontornável para ela própria.

Trata-se de uma nova moral específica, um novo direito, também sobre o corpo que resulta no equacionamento do Estado para o homem são. A saúde passa a ser objeto da luta política. Os desdobramentos procedentes deste tipo específico de gestão de poder assumem uma amplitude que congrega a difusão do controle medicalizado, incidindo em parcelas preferenciais do corpo vinculado a um corpo moral no espaço que o cerca, em distâncias longínquas e próximas.

Seu redimensionamento hoje é encontrado em tecnologias de governo planetário, fomentadas em um campo distendido pela disputa do controle da segurança do vivo. Está-se diante dos efeitos do deslocamento da biopolítica para a eopolítica.<sup>10</sup> Contudo, o investimento na prevenção geral, prática ancorada na noção do educar para a obediência garantida pelo temor, vinculado à função exemplar do castigo — cuja utopia consiste em acreditar que a ameaça da punição é o elemento inibidor de atos intoleráveis para a segurança da ordem — mostra-se como linha contínua, fazendo emergir especificidades particulares que devem preservar a precaução universal, englobando e repartindo diversidades: a moral do confinamento.

As procedências encontradas em Beveridge podem ter orientado um novo redimensionamento da medicalização da sociedade no que toca aos mecanismos políticos em direção a uma medicalização do controle em âmbito planetário.

### **movimento III**

O Plano Beveridge mostra-se como uma das procedências que se encontram neste limiar, correspondendo à passagem da medicalização da sociedade para a medicalização do controle.

Esta última, por sua vez, realiza-se por intermédio da política como guerra pela disputa do controle da segurança, cabendo, portanto, problematizar como o abolicionismo penal é capaz de instaurar um descompasso na gestão do poder de controle. Há peste na endemia, no Estado de Direito. Se os liberais e conservadores regozijaram-se com a tese do fim da história, é bom lembrar que não há sono tranquilo. Não se decreta a morte da verdade. Ela está no interior do que parece ser o mais vivo. Uma morte que anuncia um novo gestado em seu interior — não é apenas apanhada pela dialética —, mas algo estranho. Dizia Nietzsche, o homem encontra-se entre o macaco e o super-homem!

A análise da moral do confinamento como resposta da ordem à peste apresenta-se como elemento articulador entre a peste, Beveridge e a política de segurança. Por sua vez, a conexão do duplo peste-abolição aponta para a demolição da ordem centralizada, ou não, em torno da moral. Interessa a ruína dos efeitos políticos de contenção da peste, ou do que é edificado sob a conotação de pestilento. Frente à continuidade da existência de prisões, com grades ou não, como efeito do combate à peste, não interessa a reforma da teoria ou de suas instituições. Importa a afirmação interessada na demolição corrosiva da sujeição à moral encarceradora e punitiva. Ela existe e independe do sono tranquilo do carcereiro ou do sono agitado do reformador.

Por isso o abolicionismo penal interessa — e interessa neste caso como exercício da crueldade, entendida aqui não como metáfora, tampouco como sinônimo de derramamento de sangue, mas sim como apetite de vida, como situa Artaud,<sup>11</sup> lançado contra a lógica da representação, constituído dos mesmos elementos da peste. O abolicionismo penal instaura, analiticamente, o desvão trágico que reverbera na peste, aquilo que é insuportável para a própria política: não é o conflito da representação que a faz mais viva, é sua morte. Não à toa, os anarquistas consideram a democracia a forma mais livre para governos da liberdade linear, universal e fundada em direitos pontuais para a potencialização da liberdade com redução drástica de autoridade. E, ao mesmo tempo, em momento algum, podem ignorar o alerta de Proudhon de que a democracia consolida em si o governo, seja ele qual for. Subverter a ordem, na atualidade dos anarquismos, exige entre outras coisas não ignorar, tampouco esquecer que a democracia é, também, a forma de maior estabilidade para perpetuar a autoridade no jogo das trocas de centralidade, sob o jogo descentralizado ou não. Sob esta perspectiva, a democracia é o espaço que também se faz alvo da analítica genalógica.

## **movimento IV**

A saúde é uma questão preciosa aos anarquistas.

Atravessa suas lutas em inúmeros percursos de práticas que jamais se apartam de gestos minúsculos que se situam, dentre outros, nos modos como se saúdam e como saúdam a chegada de corpos tenros de crianças que rebentam para a vida.

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

Afirmam, de saída, que crianças não são propriedade de ninguém.

E, suas lutas estão atentas aos costumes afeitos a uma educação libertária no dia a dia que começa pelo modo como se lida com crianças e jovens.

A anarquista Emma Goldman, em um precioso artigo, intitulado “A criança e seus inimigos”, publicado na revista *Mother Earth*, em 1906,<sup>12</sup> situa como a educação, baseada na cultura do castigo, se pauta, antes de tudo, em tornar a criança alguém estranha a si própria. E mais. Produz, simultaneamente, indivíduos estranhos uns aos outros.

O indomesticável e surpreendente de cada criança se mostra como aquilo a ser contido, massacrado, extirpado. E esta prática se inicia na família. “Todas as instituições de nosso cotidiano, a família, o Estado, nossos códigos morais, veem em cada personalidade forte, bela e intransigente um inimigo mortal.”<sup>13</sup>

Está-se diante de uma das tantas formas que adquire o exercício da autoridade superior no exercício de força e astúcia constitutiva de práticas de governo que tomam o mais delicado e tenro como sua propriedade. E, se isso vem se mostrar em toda sua grandiloquência nas relações sociais, econômicas e atingir seu ápice no Estado, é preciso estar atento para seus baixos começos, no modo como os adultos se relacionam com as crianças. O que está disposto neste jogo de governo é, também, a produção de uma uniformidade. Existência canhestra que não suporta o estranho e, ao mesmo tempo, investe de forma cabal em transformar a criança, esta *força estranha*, em algo estranho a si própria.

“De fato, aquele que se libertou (...) da (...) estupidez do lugar-comum; aquele que pode ficar em pé sem muletas morais, sem a aprovação da opinião pública — a ‘preguiça privada’ como Friedrich Nietzsche a denominou — pode muito bem entoar uma alta e volumosa canção de independência e liberdade; ele ganhou o direito a isso por meio de batalhas ferozes e ardentes. Tais batalhas começam já na mais tenra idade.”<sup>14</sup>

Como não atentar para essas batalhas ferozes e ardentes às quais Emma Goldman se refere? Não é metáfora, recurso lírico de retórica, tampouco ilustração doutrinária. É um detalhe sutil e imenso. Atravessa, duplamente, as marcas das lutas que uma criança enfrenta para escapar da asfixia de suas forças próprias e intransferíveis. E isto não é fácil. Assim como nas práticas anarquistas, nada é fácil. Tampouco é fácil lutar para arruinar a cultura do castigo. Aí habita, também, esse jeito raro e estranho de lidar com a própria existência, sem se render à comodidade de se instalar, cedo ou tarde, no lugar da vítima, do algoz, do ressentido, do crítico reformista, do condutor revolucionário, da ovelha (até mesmo a negra) ou do pastor. De outra feita, sujeitar-se, assujeitar-se é a maneira mais fácil de obter acesso a esta uniformidade tão almejada pela cultura do castigo.

“A criança mostra suas tendências individuais em suas brincadeiras, suas perguntas, sua associação com pessoas e coisas. Mas precisa lutar contra a infundável interferência externa em seu mundo de pensamento e emoção. Não deve se expressar em harmonia com sua natureza, com sua personalidade crescente. Deve se tornar uma coisa, um objeto. Suas perguntas são recebidas com respostas rasas, convencionais e ridículas, na maioria baseadas em falsi-

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

dade. Quando, com olhos grandes, maravilhados (...), a criança deseja contemplar as maravilhas do mundo, todos a seu redor trancam rapidamente as janelas e portas e mantêm a delicada planta humana em uma atmosfera de estufa, onde não pode respirar nem crescer livremente.”<sup>15</sup>

Emma chama a atenção para o deslocamento espacial deste exercício de governo sobre a criança da família à escolarização, sublinhando a continuidade da asfixia, enfatizando não só a disposição sufocante do espaço da escola e, simultaneamente, não poupa a figura do pedagogo.

“O ideal do pedagogo médio não é um ser original (...) em vez disso, ele busca que o produto de sua arte pedagógica sejam autômatos de carne e osso, para se encaixarem melhor na esteira da sociedade e no vazio e estupidez de nossas vidas. (...) Inundando o cérebro do aluno com uma imensa quantidade de ideias, transmitidas de gerações passadas. ‘Fatos e dados’, como estas são chamadas, constituem muita informação, talvez o suficiente para manter toda forma de autoridade e criar demasiada reverência à importância da propriedade.”<sup>16</sup>

Este é o resultado do que Emma chama de “ensino tão ridículo”. A reverência à autoridade e à propriedade anda lado a lado com a mediocridade e a estupidez. Sua irmandade e imantação garantem a conservação do oco. O oco da obediência travestido de lugar preenchido a ser preservado. “Em qualquer direção para a qual nós viramos, avidamente buscando seres humanos que não medem as ideias e as emoções com o critério da conveniência, somos confrontados com os produtos de um adestramento simi-

lar ao de um rebanho, em vez do resultado de características espontâneas e inatas se exercitando em liberdade.”<sup>17</sup>

Emma sublinha que o resultado deste adestramento de rebanho é equivalente, também, a um amor ao Estado, de uma “teimosia bovina”.

Por sua vez, o amor a Deus produz o espelhamento entre costumes extraídos da ideia da criação de um deus superior a ser seguido, reproduzindo o exemplo da crença no “mestre celestial” encarnado pelos pais das crianças ao exercerem seu governo sobre os filhos e ao tomá-los como sua propriedade. A cultura do castigo não abre mão da fixação dos pais em produzir a criança em sua imagem e semelhança. “Os pais seguem o mau exemplo de seu mestre celestial; eles fazem todos os esforços para formatar e moldar a criança de acordo com sua imagem. Apegam-se tenazmente à ideia de que a criança é apenas parte deles mesmos — uma ideia tão falsa quanto prejudicial.”<sup>18</sup>

Ao mesmo tempo, os pais reproduzem sobre os corpos de seus filhos os mesmos costumes a que foram submetidos por seus pais. “A terrível luta do homem e da mulher pensantes contra as convenções políticas, sociais e morais tem sua origem na família, na qual a criança sempre é obrigada a batalhar contra o uso interno e externo da força. Os imperativos categóricos: Você deve! Você precisa! Isso está certo! Isso está errado! Isso é verdade! Isso é falso! Despencam como uma chuva violenta sobre a cabeça inexperiente do jovem e imprimem em sua sensibilidade que ele precisa se curvar diante de noções rígidas de pensamentos e emoções há muito estabelecidas. No entanto, as qualidades e instintos latentes buscam afirmar seus próprios métodos peculiares

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

de procurar o fundamento das coisas, de distinguir entre o que é comumente chamado de errado, de verdadeiro ou falso. Ele se empenha em seguir seu próprio caminho, pois é composto pelos mesmos nervos, músculos e sangue, os mesmos daqueles que assumem direcionar seu destino.”<sup>19</sup>

Emma Goldman insiste, certa, que estas lutas ardentes para solapar a ordem que se pretende perene e imortal, assentada em preceitos morais, se iniciam muito cedo. Ela não perde de vista a força potente de afirmação da vida livre. Há aqui, também, uma recusa contundente dos imperativos categóricos. “Quando a criança atinge a adolescência, ela encontra, adicionada às restrições do lar e da escola, uma vasta quantia de rígidas tradições de moralidade social. Os desejos de amor e sexo são recebidos com absoluta ignorância pela maioria dos pais, que os consideram indecentes e impróprios, algo infame, quase criminoso, para ser suprimido e combatido como uma doença terrível. O amor e os sentimentos ternos da planta jovem se transformam em vulgaridade e grosseria pela estupidez dos que a cercam, de modo que tudo que é delicado e belo acaba esmagado por completo ou escondido nos interiores mais profundos, como um grande pecado, que não se atreve a enfrentar a luz.”<sup>20</sup>

A perseguição à edificação da imagem e semelhança do superior mostra-se imiscuída à contenção do sexo solto para enquadrá-lo e mortificá-lo. Da mesma maneira que não há prática da violência exercida sobre corpos de crianças e jovens que não esteja atravessada, desde os baixos começos, pela devassa de corpos tenros como propriedade de uma autoridade superior respaldada na moral, intrínseca à cultura do castigo. “Essa compulsão está fadada a despertar resistência, todos os pais e professores

devem saber. Surpreende bastante o fato de que a maioria dos filhos de pais radicais se opõem totalmente às ideias dos últimos, muitos deles seguem velhos caminhos antiquados ou são indiferentes aos novos pensamentos (...). E, no entanto, não há nada incomum nisso. Os pais radicais, embora emancipados da crença da propriedade na alma humana, ainda se apegam tenazmente à noção de que são os donos da criança e de que têm o direito de exercer sua autoridade sobre ela. Daí eles decidem moldar e formar a criança de acordo com suas próprias concepções do que é certo e errado, forçando suas ideias sobre ela com a mesma veemência usada pelo pai católico comum. E, como este último, eles apresentam perante os jovens a necessidade de ‘fazer o que eu digo e não o que faço’. Mas a mente sensível da criança percebe suficientemente cedo que a vida de seus pais está em contradição com as ideias que representam; que, como o bom cristão que reza fervorosamente no domingo, mas continua quebrando os mandamentos do Senhor pelo resto da semana, o pai radical acusa Deus, o sacerdócio, a igreja, o governo, a autoridade doméstica, mas continua a se ajustar à condição que abomina.”<sup>21</sup>

A repetição por “pais radicais” da imagem e semelhança, agora invertida, onde sai deus e o pecado e entra o obstinado culto racional a ser incutido em seus filhos, deixa intocada a crença de que as crianças são sua propriedade. Está-se diante da reprodução do mesmo, com sinal trocado, ou como diz Emma incisiva, o ajuste à condição que se abomina.

Emma, por fim, afirma que a educação das crianças não é sinônimo de “adestramento”, nem “treinamento em rebanho”.

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

O anarquista Sébastien Faure, na abertura de uma conferência em Paris, em 4 de janeiro de 1921<sup>22</sup>, afirma que a criança não é um demônio nem um anjo. Estas duas visões, segundo ele, constituem o que denomina, respectivamente, de escola pessimista e escola otimista. Ele se aparta desta polaridade moral, em sua exposição, para situar a educação em termos de cultura: cultura física; cultura intelectual e cultura moral.

No espaço da cultura física interessa, neste texto, destacar como ele situa a beleza, a inteligência e a franqueza. “Cultura física, que deve conduzir à beleza do corpo. É preciso compreender o que beleza quer dizer. Não entendo por essa palavra a beleza clássica, tradicional, acadêmica, de alguma maneira oficial, que reside sobretudo na fineza, na delicadeza ou na regularidade dos traços do rosto. Entendo por beleza algo bem diferente. Alguém pode ter traços irregulares e mesmo assim ser belo. Bela é a criança que possui uma fisionomia móvel e expressiva, olhos francos e abertos (...). É essa a verdadeira beleza na criança.”<sup>23</sup>

Faure implode, de maneira sutil e cortante, simultaneamente, o ideal de beleza e saúde adestrada que permeia desde os parâmetros da beleza médico-eugênica lombrosiana, que reservava aos anarquistas o lugar de criminoso nato, até sua construção harmônica e metrificada da fisionomia do ideal e verdadeiro revolucionário. No mais, Faure incide em detalhes preciosos ao sublinhar, na beleza da criança, a presença de olhos francos e abertos. “Direi quase o mesmo sobre a inteligência. Não considero como necessariamente inteligente a criança que vai bem na escola por ser estudiosa, porque em casa é vigiada para fazer direitinho seus deveres, por aprender bem suas lições e

porque em seu cérebro foi introduzido um certo número de informações. Talvez ela saiba ler nos dicionários, construir gramaticalmente uma frase, ter noções de geografia e de história. Mas isso não significa que sua compreensão seja muito aberta, (...) sua imaginação ardente.”<sup>24</sup>

Aprender, apreender e reter a lição, não quer dizer nada. Tornar-se um mero receptáculo e reproduzidor de informações apenas leva ao lugar de inanição da existência. Transformar-se em um mero repetidor da gramática e da sintaxe não passa de certificação da conformidade alojada nos mais ínfimos gestos. O detalhe precioso sublinhado por Faure habita na imaginação de uma criança. E é esta imaginação ardente que os adultos conformados e acostumados à cultura do castigo temem. E por não suportá-la, agarram-se com unhas e dentes a punições, culpas, sacrifícios, expiações. Medo não dá em árvore. Tampouco criança alguma nasce com medo. Fazem de tudo para incutir o medo na criança destemida, porque na verdade a temem. “Basta-me saber que esta criança é leal e franca, disposta a jamais abusar da força contra alguém mais fraco que ela, e que se presenciarem algum violento batendo num pequeno camarada, irá defender o mais fraco contra o mais forte, e sem se preocupar com os riscos que atrairá para si, irá tomar a defesa do mais fraco.”<sup>25</sup>

Está-se, mais uma vez, diante da preciosidade do olhar libertário para uma criança. A franqueza assume aqui o espaço de uma prática imprescindível que habita na criança, esta *força estranha*, que se volta contra a cultura do castigo. Ao mesmo tempo, por meio de sua franqueza, não se acanha em colocar-se em uma situação arriscada para impedir que alguém mais forte exerça sua força sobre alguém mais fraco. Mais uma vez se subverte a pretensa

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

naturalização do uso da força legítima, ou não, sobre quem quer que seja. Mas não só. Implode-se assim, pela franqueza e coragem, a base histórico-política do próprio direito jurídico-político, que se firma na exata medida em que alguém foi esmagado para que ele pudesse ser firmado e conservado no infundável ciclo das reformas, e que encontra seus baixos começos na cultura do castigo e no exercício da força sobre alguém ou aquilo que é tomado como sua propriedade.

### **uma breve nota para hoje**

Não há como conjugar práticas libertárias e a estúpida aceitação do castigo que sempre começa pelos corpos de crianças e jovens e se espraia pelo consentimento e naturalização do castigo, julgamento e aprisionamento de crianças, jovens, homens e mulheres.

A saúde anarquista não se confunde com medidas sanitárias e seus derivados protocolos emanados de domínios territoriais jurídico-políticos, como os que pautam, também, a própria definição médico-jurídico-política de pandemia.

Hoje, sob a chamada pandemia explode o silêncio acomodado ao consenso do castigo exercido, rotineiramente, por mães, pais e os chamados responsáveis, sobre corpos de crianças e jovens. Assim como a sua penalização sob o cárcere e sob as medidas de punição em meio aberto, concomitante à continuidade das prisões para jovens no país. Urge arruinar isto.<sup>26</sup>

Nada mais apartado da saúde anarquista do que os defensores da prática penalizadora, que não abrem mão

do juízo e apenas redimensionam com sinal trocado a criação de novos crimes e penas para a violência exercida sobre crianças e jovens, mulheres e homens.

A anarquia é uma saúde sim; a abolição do castigo, que começa em cada um, também!

## Notas

<sup>1</sup> Este breve texto deriva da exposição feita em 14 de maio de 2020, sob o título “Crianças e jovens sob a pandemia”, em uma das sessões de conversações *online* da SOMA. Os três primeiros movimentos deste texto foram retirados de minha tese de doutorado *Política e peste: crueldade, plano Beveridge e abolicionismo penal*. São Paulo, PUC-SP, 2002, com pequenas alterações e alguns acréscimos.

<sup>2</sup> Para uma perspectiva de cultura libertária ver, em especial, Edson Passetti e Acácio Augusto. *Anarquismos e educação*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.

<sup>3</sup> Definições retiradas do *Dicionário Aurélio* (1988).

<sup>4</sup> Ao passo que o termo peste e os que dele derivam, para além da referência ao território, assumem, preferencialmente, uma conotação moral.

<sup>5</sup> Ver também OMS (Organização Mundial da Saúde): <https://www.who.int/es>.

<sup>6</sup> Jacobo Filkeman (Org). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/OMS/OPAS, 2002, pp. 35-36.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Michel Foucault. *La vida de los hombres infames*. Tradução de Julia Varela e Fernando Álvares Uría. Madri, Ediciones la Piqueta, 1990. Ver, também, Michel Foucault. “Crise da medicina ou crise da antimedicina” (tradução de Heliana Conde), in *verve*. São Paulo, nu-sol, v. 18, 2010, pp. 167-194.

<sup>9</sup> Georges Canguilhem. *O normal e o patológico*. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

urge arruinar a cultura do castigo. vestígios de anotações

- <sup>10</sup> Edson Passetti et al. *Ecopolítica*. São Paulo, Hedra, 2019.
- <sup>11</sup> Antonin Artaud. *O teatro e seu duplo*. São Paulo, Max Limonad, 1984.
- <sup>12</sup> Emma Goldman. “A criança e seus inimigos” (tradução de Beatriz Scigliano Carneiro), in *verve*. São Paulo, nu-sol, v. 37, 2020, pp. 57-68.
- <sup>13</sup> Idem, idem, p. 58.
- <sup>14</sup> Ibidem, pp. 58-59.
- <sup>15</sup> Ibidem, p. 59.
- <sup>16</sup> Ibidem, p. 60.
- <sup>17</sup> Ibidem, p. 61.
- <sup>18</sup> Ibidem, p. 62.
- <sup>19</sup> Ibidem, p. 63.
- <sup>20</sup> Ibidem, p. 64.
- <sup>21</sup> Ibidem, p. 65.
- <sup>22</sup> Sébastien Faure. “A criança” (tradução de Martha Gambini), in *verve*. São Paulo, nu-sol, v. 16, 2009, pp. 13-47.
- <sup>23</sup> Idem, idem, p. 18.
- <sup>24</sup> Ibidem, pp. 18-19.
- <sup>25</sup> Ibidem, p. 19.
- <sup>26</sup> Ver verbetes abolicionistas libertários em [www.nu-sol.org](http://www.nu-sol.org).

### *Resumo*

*O texto situa uma breve análise que aponta para a diferença abissal entre a denominação protocolar médico-sanitária de pandemia e a força viva e incontível trazida pela peste, ao produzir um jeito de tocar na vida insuportável para a moral e para a própria política. Se tanto a peste quanto a chamada pandemia produzem mortes imensas, o medo nutrido e reproduzido diante da pandemia, assim como a continuidade da pretensa naturalização de confinamentos da existência, habita na retroalimentação do medo diante de forças estranhas equivalentes à força viva da própria peste. Interessa, aqui, a noção de saúde trazida pelas práticas anarquistas atravessadas pela perspectiva libertária voltada à ruína da cultura do castigo.*

*Palavras-chave: pandemia e peste, crianças e jovens, anarquistas, saúde, cultura do castigo.*

### *Abstract*

*The text places a brief analysis that point to an abyssal difference between the medical-sanitary protocol designation of pandemic, and the lively and uncontrollable strength brought by plague while producing a way of reaching life unbearable to morals and politics itself. If both the plague and the so-called pandemic produce immense deaths, the fear, nourished, and reproduced before the pandemic, as well as the continuity of the alleged naturalization of existence's constrains, inhabit in feeding back the fear in front of strange forces equivalent to the lively strength of plague itself. What matters here is the health notion brought in by anarchist practices crossed by a libertarian perspective turned to the punishment culture's collapse.*

*Keywords: Pandemic and plague, children and youth, anarchists, health, punishment culture.*

### ***It Is Urgent to Ruin the Culture of Punishment. Traces of Notes, Salete Oliveira.***

*Recebido em 13 de agosto de 2020. Confirmado para publicação em 20 de agosto de 2020.*